

O tempo não para

Moisés Boaventura Hoyos - Alf/Porto de Manaus

Em 1990 o comércio ainda era um grande vetor na economia do Amazonas, mas caminhava para o fim nos anos seguintes com a nova política industrial e de comércio exterior, marcada pela abertura da economia brasileira. Nessa época de transição, assumi o cargo de Técnico do Tesouro Nacional (TTN) na Alfândega do Porto de Manaus, sendo lotado no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes no setor de controle de bagagem. O concurso ocorreu no ano de 1989 e, depois de quase dois anos, os aprovados foram chamados.

Para quem não lembra ou desconhece, milhares de pessoas, provenientes de outros estados, vinham a Manaus realizar compras de produtos importados e isso ocorria pelas inúmeras restrições à importação no país e a existência de uma cota de bagagem para a Zona Franca de Manaus, que permitia a compra de “importados” sem o pagamento de tributos. Manaus então era um ponto de exceção onde se podia comprar inúmeros produtos estrangeiros, por um preço “baixo” e de modo legal, fato que atraía turistas e, até “muambeiros”, de todos os cantos do Brasil.

Nessa realidade, após a realização do curso de formação no prédio histórico da Alfândega de Manaus, fomos designados para atuar no controle de bagagem no aeroporto e na carroceria de uma camionete branca com o símbolo da Receita Federal fui trabalhar na “bancada”. A minha primeira impressão, no primeiro dia de trabalho, foi de caos, pois eram inúmeros voos lotados, filas enormes e carrinhos intermináveis com malas abarrotadas de produtos estrangeiros. As batatas em tubo cilíndrico, sensação na época, e os “telões”, que embarcavam pelo porão do aeroporto devido ao tamanho, eram parte dos sonhos dos visitantes “compradores” de Manaus.

Diariamente, entre formulários de Declarações de Bagagens Acompanhadas (DBA), emissão de Termos de Ressalvas, aberturas de malas, afrontas de passageiros, tentativas de “carteiradas” e desculpas de desconhecimento das normas, tributos foram cobrados através de inúmeros DARF (Documento de Arrecadação de Receitas Federais) emitidos. A equipe da madrugada, no horário das 23h às 5h, era terrivelmente competente e o pente fino se tornava “extremamente fino” quando um “muambeiro” era identificado tentado passar seus produtos através de incautos passageiros, que não sabiam dos riscos de transportar mercadorias de terceiros em troca de uma “graninha” extra pelo “favor”.

Nessa época de muita ação no aeroporto, o então Secretário da Receita Federal, Romeu Tuma, passou rapidamente pela bancada de atendimento de passageiros e cumprimentou todos que ali estavam trabalhando. A sensação de surpresa foi imediata, pois ali estava o representante máximo da Receita Federal, também Diretor da Polícia Federal durante o governo do presidente Fernando Collor, em carne e osso, o “cara” que sempre estava nos jornais e na TV. Era o nosso chefe ao vivo e em cores.

O encontro rápido com Tuma aconteceu somente uma vez e digo que nos anos que se seguiram não conheci pessoalmente mais nenhum secretário da Receita Federal durante o desempenho das minhas atribuições nos vários setores da Alfândega do Porto de Manaus. Sem ter certeza, acredito que o encontro relâmpago com o Secretário ocorreu em 1992, último ano em que ele permaneceu no cargo.

De Romeu Tuma até Everardo Maciel, passaram-se 3 anos e 5 Secretários e não conheci ou encontrei com nenhum outro. Da mesma forma, ocorreu com os demais dirigentes nos anos seguintes, Rachid, Lina, Cartaxo, Barreto e Rachid novamente. Não tenho lembranças de qualquer contato com os Secretários, como ocorreu com Romeu Tuma em 1992.

Da minha chegada à Receita Federal até os dias atuais, 30 anos, uma única pandemia marcou os anos de 2020 e 2021. Em nossa busca para superar dificuldades laborais que surgiram com a COVID-19, reinventamos nosso local de trabalho, que para muitos, passou a ser em casa. No quarto ao lado, na sala, na mesa da cozinha, na varanda, em qualquer cômodo. E trazer o trabalho para dentro de casa foi um grande desafio, bem maior do que ir ao aeroporto na carroceria da antiga picape da Receita.

A pandemia forçou mudanças na nossa forma de trabalhar, mas afirmo que as mudanças já ocorrem na RFB desde muito antes. Aliás, a Receita Federal se reinventa diariamente com novos sistemas, facilitando procedimentos e processos de trabalho e explorando outras formas de atuação utilizando inovações tecnológicas que surgem constantemente. E como o futuro não espera, considero que a Receita Federal passa por uma revolução no seu modo de atuar com o uso de plataformas de comunicação, colaboração e videoconferências, Portal Único, Portal e-CAC, e-Processo, Siscomex, Farol e tantos outros sistemas informatizados que permitem uma atuação mais eficiente e célere do Órgão.

Comparando com o que eu fazia no aeroporto em 1991, em uma visita ao meu primeiro local de trabalho, hoje vejo que as antigas Declarações de Bagagem Acompanhada (DBA), preenchidas manualmente em duas vias, deram lugar ao sistema informatizado e-DBV.

A dita Declaração Eletrônica de Bens de Viajante agora é o documento oficial utilizado pela Receita Federal para comprovar a regular entrada ou saída de bens e valores de viajantes no país. O preenchimento é feito acessando a página da e-DBV no site da Receita Federal, tudo de modo digital, ou baixando um aplicativo para tablet ou smartphones. A “liberação” da e-DBV também é feita no sistema. Tudo simples, eficiente e rápido. E até na conferência de bagagens temos agora equipamentos chamados de “não invasivos”, como scanner de bagagem e os cães de faro. Não posso esquecer que ainda temos o reconhecimento facial dos passageiros. Abrir uma mala, antes regra, agora depende de procedimentos de Análise de Risco, que utilizam os inúmeros sistemas de fiscalização e controle aduaneiro. Em 30 anos, muita coisa mudou, e para melhor.

Quanto aos encontros, ou “desencontros”, com os Secretários da Receita Federal, a pandemia acelerou o uso das chamadas videoconferências ou reuniões virtuais. Deixamos de nos encontrar presencialmente, mas um mundo virtual abriu suas “janelas” e permitiu que diariamente encontremos o Secretário, os Subsecretários, os Coordenadores, os Superintendentes, os delegados. As janelas do mundo virtual permitiram a participação de todos em reuniões de planejamentos, de projetos, de eventos de outras regiões fiscais. Permitiram que nosso contato se intensificasse e o sentimento de “pertencimento” se fortalecesse, mesmo virtualmente. O contato agora é mais direto e transparente.

Durante a pandemia, participei de várias reuniões em que o atual Secretário, José Tostes, estava presente e apesar de não lhe ter apertado a mão, como fiz com Romeu Tuma, já tive um contato mais direto com ele. Já conheci vários Superintendentes e Subsecretários. Já conversei com colegas que trabalham na ouvidoria em Brasília. Troquei ideias com colegas que trabalham em Uruguaiana/RS e Pacaraima/RR. Participo de vários grupos de trabalho por plataforma de comunicação, formados por colegas de todas as Regiões Fiscais. Diariamente falo com pessoas de vários locais do país e essa é a nova forma de trabalho, fisicamente “dentro de casa” e virtualmente “em todos os lugares”. Não apertei a mão de ninguém, mas já conheci e conversei com muitos colegas.

E assim vamos caminhando para o futuro e, apesar das dificuldades impostas pela pandemia, acredito que a Receita Federal e seus servidores estão cumprindo seus papéis da melhor forma possível, para sempre apresentar serviços de excelência à sociedade. Não somos perfeitos, mas trabalhamos com dedicação e comprometimento. Podemos não apertar nossas mãos, mas estamos interligados.